

**EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.410.352 - RN
(2013/0344019-4)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : MARCUS BARBOSA DA SILVEIRA
REPR. POR : ELIZABETH BEZERRA PONTES - CURADOR
ADVOGADO : PEDRO LINS WANDERLEY NETO E OUTRO(S) - RN003632
EMBARGADO : MÁRCIA BARBOSA DA SILVEIRA
ADVOGADO : MÁRIO MATOS JÚNIOR E OUTRO(S) - RN007292
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de divergência interpostos por Marcus Barbosa da Silveira contra acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. REPARAÇÃO ECONÔMICA DE ANISTIADO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. PARCELA QUE COMPÕE O PATRIMÔNIO DOS HERDEIROS. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO FUNDAMENTADA NAS SÚMULAS 83 E 568/STJ. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. CABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - Esta Corte orienta-se no sentido de que os valores retroativos relacionados à reparação econômica devida em virtude da concessão de anistia política têm caráter indenizatório, razão pela qual ingressam na esfera patrimonial do espólio após o óbito do anistiado.

III – O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação.

V – Considera-se manifestamente improcedente e enseja a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 nos casos em que o Agravo Interno foi interposto contra decisão fundamentada em precedente julgado sob o regime da Repercussão Geral, sob o rito dos

Recursos Repetitivos ou quando há jurisprudência dominante acerca do tema (Súmulas ns. 83 e 568/STJ).

VI – Agravo Interno improvido, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

O embargante sustenta que "o retroativo da reparação econômica dos anistiados políticos deve ser pago aos dependentes regidos por lei" (e-STJ, fl. 759). Afirma que é interdito inválido e, por isso, considerado dependente. Assim, incorreto o julgado embargado, por afronta ao art. 13 da Lei n. 10.559/2002, ao determinar o pagamento dos valores aos herdeiros e sucessores.

Aduz que a Primeira Seção, no julgamento do MS 17.271, posicionou-se no sentido de que "as parcelas retroativas concernentes à reparação econômica, vencidas após o óbito do anistiado, não chegam a integrar o seu patrimônio jurídico e por, consequência, são transferíveis àqueles dependentes econômicos nos termos da lei 10.559/02" (e-STJ, fl. 763).

Em anexo, segue cópia do julgamento proferido no MS 20.105/DF.

É o relatório.

Como exposto acima, o embargante requer, com o presente recurso, seja aplicada ao caso a solução estabelecida em mandado de segurança.

Entretanto, conforme o entendimento pacífico desta Corte Superior, não se admite como paradigma, em embargos de divergência, acórdão proferido em ações que possuem natureza de garantia constitucional como *habeas corpus*, recurso ordinário em *habeas corpus*, mandado de segurança, recurso ordinário em mandado de segurança, *habeas data* e mandado de injunção.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. REJEIÇÃO LIMINAR DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO ORIUNDO DA MESMA TURMA: AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA ATUALIDADE DO DISSÍDIO E DA SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS CONFRONTADOS. ACÓRDÃO DA SEGUNDA TURMA: IMPRESTABILIDADE DE INDICAÇÃO DE DISSÍDIO COM JULGAMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO.

1. Trata-se de Agravo Interno contra decisão que rejeitou liminarmente os Embargos de Divergência.

2. A argumentação relativa à possibilidade de indicação de acórdão paradigma oriundo do mesmo órgão turmário prolator do acórdão embargado, em razão da mudança de sua composição, não aproveita à agravante, tendo em vista que o fundamento adotado na decisão recorrida, nesse ponto, consistiu na ausência de demonstração da atualidade do dissídio invocado. Pouco importa, dessa forma, a circunstância de ter havido alteração na composição da Primeira Turma.

3. De outro lado, ao contrário do que sustenta a agravante, não basta a menção a um determinado instituto ou categoria jurídica para que se admita a análise do mérito da questão discutida nos Embargos de Divergência. É necessário demonstrar a similitude fática e jurídica, o que não ocorreu no

caso concreto.

4. Hipótese em que o acórdão embargado versa sobre a manutenção, pelo estabelecimento industrial, de crédito de IPI nas operações de aquisição de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem submetidas ao regime de suspensão do tributo, enquanto o aresto paradigma, da Primeira Turma, analisou tema inteiramente diverso, isto é, o direito ao creditamento, pela adquirente, do ICMS destacado nas notas fiscais emitidas pela fornecedora.

5. Quanto ao precedente da Segunda Turma do STJ (RMS 31.714/MT), a "jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de que, mesmo sob a vigência do CPC/2015, não se admite como paradigma, em embargos de divergência, acórdão proferido em ações que possuem natureza de garantia constitucional como *habeas corpus*, recurso ordinário em *habeas corpus*, mandado de segurança, recurso ordinário em mandado de segurança, *habeas data* e mandado de injunção" (RCD nos EREsp 1.185.404/AM, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 13/3/2019).

6. Agravo Interno não provido.

(AgInt nos EDv nos EREsp 1.382.354/PE, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 18/2/2020, DJe 10/3/2020)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINARMENTE OS EMBARGOS. CONFIRMAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Corte Especial, no julgamento dos EAREsp 324.073/SP, firmou orientação de que, a partir da vigência do CPC de 2015, deve ser mitigada a força da Súmula 315/STJ, porquanto a inovação prevista em seu art. 1.043, III, passou a autorizar os embargos de divergência quando, embora desprovido o agravo, a fundamentação do julgado passar pelo exame do mérito do recurso especial. No caso em exame, contudo, a questão de fundo discutida no apelo especial não foi analisada por este Tribunal, porque presentes óbices formais ao conhecimento do tema de mérito, de maneira que é devida a incidência da Súmula 315/STJ.

2. Na aplicação dos arts. 489 e 1.022 do CPC de 2015, a constatação de ter, ou não, havido fundamentação ou omissão no acórdão proferido na origem, em regra, demanda o exame das peculiaridades de cada caso concreto, inexistindo, portanto, dissídio de teses a ensejar os embargos de divergência.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte de Justiça, firmada sob a égide do CPC de 2015, não serve para embasar embargos de divergência a apresentação de paradigmas oriundos de ações que possuam natureza jurídica de garantia constitucional, tais como *Habeas Corpus*, Recurso Ordinário em *Habeas Corpus*, Mandado de Segurança, Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, *Habeas Data* e Mandado de Injunção.

4. Não cabe invocar dissídio com arestos de outros Tribunais, tampouco com decisão monocrática, pois os embargos de divergência servem para uniformizar jurisprudência interna, ocorrida no âmbito de acórdãos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDv nos EAREsp 1.398.511/SP, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 11/2/2020, DJe 26/2/2020)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. INDICAÇÃO, COMO PARADIGMA, DE ARESTO ORIUNDO DO JULGAMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA PARA EMBASAR A DIVERGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.043, § 1º. DO CÓDIGO FUX. AGRAVO INTERNO DO ENTE ESTADUAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, os Embargos de Divergência em Recurso Especial não podem indicar como paradigma acórdão oriundo do julgamento de ações com natureza de garantia constitucional, como o Mandado de Segurança. Tal entendimento prevalece mesmo na vigência do Código Fux. Julgados: AgInt nos EREsp. 1.321.632/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 11.9.2019; AgInt nos EAREsp. 474.423/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 10.5.2018.

2. Agravo Interno do Ente Estadual a que se nega provimento.

(AgInt nos EDv nos EREsp 1.812.086/BA, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)

Ante o exposto, com fulcro nos arts. 1.044, *caput*, e 266-C do RISTJ, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator